



PROCESSO N.º 719/04

PROTOCOLO N.º 8.222.271-5/04

PARECER N.º 29/05

APROVADO EM 16/02/05

CÂMARA DE ENSINO FUNDAMENTAL

INTERESSADA: ESCOLA ESTADUAL ALINE PICHETH

MUNICÍPIO: CURITIBA

ASSUNTO: Pedido de reconhecimento do Ensino Fundamental.

RELATORA: CARMEN LÚCIA GABARDO

I - RELATÓRIO

Pelo ofício GS/SEED n.º 2458/04, a Secretaria de Estado da Educação encaminha para apreciação deste Conselho, o pedido de reconhecimento do Ensino Fundamental (5.ª a 8.ª séries) da Escola Estadual Aline Picheth – Ensino Fundamental, Município de Curitiba, mantida pelo Governo do Estado do Paraná.

A Resolução n.º 895/97 (cf. fl. 07-CEE) autorizou o funcionamento do Ensino Fundamental (5.ª a 8.ª séries) na Escola Estadual Aline Picheth – Ensino de 1.º Grau, hoje denominada Escola Estadual Aline Picheth – Ensino Fundamental, com implantação gradativa, a partir do início do ano letivo de 1997.

A escola encontra-se relacionada nos anexos das Deliberações n.ºs 18/99 e 07/03-CEE – “Regularização de vida escolar de alunos das Rede Pública Estadual” cujas ressalvas foram supridas dispondo o estabelecimento de estrutura física, material e recursos humanos conforme o relatório da Comissão Verificadora (fls. 89 à 91-CEE).

Através da Comissão Verificadora, designada pelo Ato Administrativo n.º 0572/04, o NRE de Curitiba informa que apreciou a proposta pedagógica do estabelecimento (cf. fl. 90-CEE) e o regimento escolar encontra-se no Núcleo Regional de Educação para análise e emissão do Ato (cf. fl. 91-CEE).

II – VOTO DA RELATORA

Tendo em vista o § 1.º do Artigo 37, da Deliberação n.º 04/99-CEE, deste Conselho Estadual de Educação e o exposto no Laudo Técnico da Comissão Verificadora do NRE de Curitiba (cf. fl. 92-CEE) e Parecer n.º 1937/04-CEE/SEED (cf. fl. 94-CEE), opinamos pela concessão do reconhecimento do Ensino Fundamental (5.ª a 8.ª séries) da Escola Estadual Aline Picheth – Ensino Fundamental, Município de Curitiba, mantida pelo Governo do Estado do Paraná.



PROCESSO N.º 719/04

Em decorrência da concessão do reconhecimento do Curso regulariza-se o período ausente de autorização de funcionamento, ficando convalidados todos os atos escolares praticados desde o início do ano letivo de 1999 até a presente data.

Adverte-se à direção com relação a irregularidade que em caso de reincidência estará sujeita às sanções previstas pela Deliberação n.º 04/99-CEE.

O estabelecimento de ensino deverá, antes do término do prazo do reconhecimento, que é de 5 (cinco) anos, solicitar à Secretaria de Estado da Educação a sua renovação.

Devolva-se o processo n.º 719/04 ao estabelecimento de ensino para constituir acervo e fonte de informação.

É o Parecer.

CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Fundamental aprova, por unanimidade, o Voto da Relatora.

Curitiba, 16 de fevereiro de 2005.

DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Estadual de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Câmara.

Sala Pe. José de Anchieta, em 16 de fevereiro de 2005.